

O PAPEL DA LINGÜÍSTICA E A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NO ENSINO DA TRADUÇÃO*

Paulo Roberto Ottoni**

RESUMO: A lingüística tem um papel decisivo no ensino da tradução, à medida que faz uma distinção estanque entre a teoria e a prática da tradução. A oposição teoria-prática está associada à oposição sujeito-objeto e vice-versa. Essas oposições estão comprometidas com a questão da língua enquanto objeto autônomo de estudo da lingüística e não com a linguagem. Esse é o ponto central da reflexão que se desenvolve neste texto. No ensino da tradução e no de línguas estrangeiras é necessário pensar na possibilidade de explicitar a(s) fusão(ões) sujeito-objeto e teoria-prática para que o tradutor e o aprendiz de língua participem, de maneira efetiva, do processo de produção de significados em que estão envolvidos.

UNITERMOS: ensino da tradução; lingüística; teoria-prática; sujeito-objeto.

ABSTRACT: Linguistics plays a decisive role in the teaching of translation since it strictly distinguishes theory from practice. Such a distinction is closely related to the subject-object opposition and vice-versa. These contradictory poles refer to the issue of language as an independent object of linguistic studies and not to language as a process. This is the main point discussed in this text. Both in translation and in foreign language teaching, it is necessary to consider the possibility of making the subject-object and theory-practice fusion more

(*) Este texto é uma versão resumida e modificada da conferência, com o mesmo título, proferida no Institut für Übersetzen und Dolmetschen da Universidade de Heidelberg, Alemanha, em 23 de janeiro de 1996.

(**) Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

explicit, so that translators and language learners can effectively participate in the process of production of meaning in which they are involved.

KEYWORDS: translation teaching; linguistics; theory-practice; subject-object.

Dentro dos limites em que é possível, em que pelo menos parece possível, a tradução pratica a diferença entre significado e significante. Mas, se esta diferença nunca é pura, a tradução também não o é, e temos de substituir a noção de tradução por uma noção de transformação: transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro. (Jacques Derrida, Posições)

*Traduzir essas expressões de Leonardo [da Vinci: *potenza spirituale, virtù spirituale e essenza spirituale*] significa duas coisas: compreender as relações que elas estabelecem entre significantes e significados no sistema lingüístico italiano contemporâneo; e compreender as relações entre significantes e significados no sistema intelectual e cultural do tempo de Leonardo, inteiramente diferente do nosso, não obstante a permanência dos mesmos significantes nos dois sistemas semânticos. (Georges Mounin, Os problemas teóricos da tradução)*

Jakobson (1959), ao questionar as relações entre a tradução e a ciência lingüística, faz a seguinte afirmação: “Em qualquer comparação de línguas, surge a questão da possibilidade de tradução de uma para outra e vice-versa; a prática generalizada da comunicação interlingual, em particular as atividades de tradução, devem ser objeto de atenção constante da ciência lingüística” (p.66). Em seguida, ao alertar para a complexidade dos problemas que envolvem a teoria e a prática da tradução, comenta: “A prática e a teoria da tradução abundam em problemas complexos, de quando em quando, fazem-se tentativas de cortar o nó górdio, proclamando o dogma da impossibilidade da tradução.” (p. 66, destaque meu)

Mounin (1963) levanta uma questão para a lingüística contemporânea, próxima à de Jakobson. Vejamos:

se aceitarmos as teses correntes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível. Entretanto, os tradutores existem, eles produzem, recorremos com proveito às suas produções. Seria quase possível dizer que a existência da tradução constitui o escândalo da lingüística contemporânea. (p.19, destaques meus)

Para Jakobson, a prática da tradução deve ser analisada com uma “atenção constante da ciência lingüística”, já que há uma enormidade de problemas insolúveis e complexos que possibilitam dizer que a tradução é “impossível”. Esta “impossibilidade” é colocada como hipótese por Mounin, se aceitarmos as teses correntes de uma lingüística estrutural e funcional. Daí ele poder afirmar que a existência da tradução é “o escândalo da lingüística contemporânea”.

Expus, inicialmente, a posição de Jakobson e de Mounin para exemplificar e introduzir um conflito, um impasse, que, de certo modo, ainda permanece latente no ensino da tradução. Estes dois pensadores deflagraram a questão da relação entre a tradução e a teoria lingüística que prevê um certo tipo de prática da tradução que iria influenciar uma série de reflexões posteriores, que nada mais fizeram e ainda fazem que eternizar a dicotomia teoria e prática, como já alertava Jakobson. Esta relação dicotômica teoria-prática é um dos pontos centrais da reflexão que quero fazer sobre o ensino da tradução e está comprometida com a questão língua enquanto objeto autônomo de estudo da lingüística, e não com a linguagem.

Saussure (1916) faz a seguinte distinção no interior da linguagem humana:

Evitando estéreis definições de termos, distinguimos primeiramente, no seio do fenômeno total que representa a linguagem, dois fatores: a língua e a fala. A língua é para nós a linguagem menos a fala. É o conjunto dos hábitos lingüísticos que permi-

tem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender. (p. 92, destaque meu)

Para fundar a ciência lingüística, Saussure teve que dividir a linguagem humana entre língua e fala e, como lembra Bakhtin (1929): “A linguagem não pode ser, segundo Saussure, o objeto da lingüística considerada em si mesma, falta-lhe unidade interna e de leis independentes, autônomas”. Em seguida, conclui: “É impossível, se permanecermos no terreno da linguagem, fazer uma descrição adequada dos fatos da língua. A linguagem não pode ser o ponto de partida de uma análise lingüística” (p. 85).

Destaco essas observações de Bakhtin para mostrar que parte das reflexões que procuro desenvolver são preocupações que foram lembradas, digamos, durante o período de consolidação da lingüística enquanto ciência na primeira metade do século XX. Chamo a atenção para essa distinção entre linguagem e língua por ser considerada, em parte, a distinção que produziu a gênese da ciência lingüística. O importante é mostrar essa distinção, uma vez que a lingüística se desenvolveu durante um grande período, até o surgimento de pensadores pós-estruturalistas, na ilusão de que seria possível que a língua (a linguagem menos a fala) tivesse o poder de dar conta do “conjunto dos hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender”, como afirmava Saussure.

Se tomarmos a publicação do livro de Mounin como um marco, a lingüística estrutural e funcional, nestes últimos anos, continuou sendo estudada e discutida e trabalhos de grande relevância foram elaborados para os estudos da linguagem. Entretanto, o que de fato mudou foi a possibilidade de se pensar numa maneira de refletir sobre a linguagem humana, surgida a partir dos pensadores que fazem uma crítica severa à postura e ao caráter estritamente estruturalista e descritivo da ciência lingüística. Assim, a dicotomia teoria-prática no interior do ensino da tradução toma uma nova configuração nesse novo contexto. Um questionamento dessa dicotomia no interior das reflexões sobre a tradução poderá precisar melhor também a possibilidade de um ensino da tradução diferenciado do tradicional.

Nessa nova perspectiva de abordar a linguagem humana, Arrojo (1992) afirma o seguinte:

A crença na possibilidade da dicotomia teoria x prática, sobre a qual tem se baseado todo o arcabouço do conhecimento ocidental, traz pelo menos duas conseqüências: 1. a possibilidade de uma oposição clara e objetiva entre teoria e prática emerge da crença na possibilidade da oposição entre sujeito e objeto, em que o primeiro pretende não apenas descrever e controlar o segundo, mas também não misturar-se com ele. A possibilidade dessa oposição necessariamente anula a subjetividade do sujeito em sua relação com o objeto. 2: Se se estabelece que há uma teoria separada da prática, pressupõe-se também que a prática poderia ser realizada sem uma teoria que a governasse inteiramente, que a motivasse e delineasse seus caminhos. (p. 108)

A posição da autora, ao questionar a dicotomia teoria e prática, explicita o aparecimento de uma outra dicotomia: a do sujeito-objeto. De certo modo, podemos já detectar nas afirmações de Mounin o aparecimento dessa dicotomia, quando introduz a presença do sujeito-tradutor nas suas reflexões, ao afirmar que “os tradutores existem, eles produzem”. Apesar de todas as dificuldades teóricas que mostrou a lingüística na comparação de duas línguas, mesmo assim há tradutores e traduções. A lingüística não dá conta da tradução enquanto um fenômeno que emerge do funcionamento da linguagem.

A manutenção da dicotomia sujeito-objeto é necessária para a constituição e o fortalecimento da ciência lingüística nos moldes de uma ciência positiva com bases logocêntricas. Tal dicotomia deve ser mantida, já que constitui a base desta ciência. Saussure, ao afirmar que a “língua [um sistema de uso coletivo] é para nós a linguagem menos a fala [a realização da liberdade individual]”, eternizava a separação entre sujeito e objeto nos estudos da linguagem para que a ciência lingüística, nos moldes logocêntricos, se estruturasse. A tentativa da lingüística tradicional era e continua sendo, em muitos casos ainda, uma maneira de domesticar, de dominar e aprisionar o fenômeno da

tradução. Mounin e Jakobson preferiram chamar a atenção para a possibilidade da impossibilidade da tradução, uma vez que optaram por privilegiar a lingüística como a ciência global que procura explicar os fenômenos da linguagem humana. Subordinaram, assim, a Tradução à Lingüística. A impossibilidade da tradução deve ser vista dentro dessa perspectiva tradicional. Ela é, ao mesmo tempo, uma impossibilidade teórica e prática. Entretanto, há uma afirmação de Mounin que redimensiona a questão da tradução. Ao discorrer sobre a comunicação interpessoal ou intersubjetiva, ele comenta que “pelo menos desde Schleicher, é possível traduzir porque é possível aprender uma língua estrangeira, e é possível aprender um língua estrangeira porque [ou, visto como] foi possível aprender uma língua primeira” (p. 168).

Podemos dizer, a partir dessa afirmação, que uma reflexão sobre a tradução, mesmo supondo uma divisão tradicional entre a teoria e a prática como quer a lingüística, implica uma reflexão sobre a relação língua materna e língua estrangeira. Dito de outro modo, como pensar, então, a relação entre língua materna e língua estrangeira, mesmo que não tenhamos uma definição mais ou menos razoável dessa distinção ou dessa relação do ponto de vista da ciência lingüística?

Essa ausência de definição não deve ser encarada do ponto de vista negativo, já que a dificuldade em se propor uma definição pode ser vista como algo que favorece uma reflexão sobre a tradução. Assim, se é possível pensar ou não numa teoria da tradução nos moldes tradicionais, devemos nos deter na relação língua materna e língua estrangeira. M. Cohen (apud Mounin, 1963, p. 168), muito adequadamente, afirma: “este simples fato [de aprender uma língua estrangeira] de experiência diária, mostra que o indivíduo não é prisioneiro da sua língua materna” (Faits linguistiques et faits de pensée, p. 386). Ora, “os tradutores existem, eles produzem”, porque aprenderam uma língua estrangeira e confirmam, através desse fenômeno, a tradução interlingual de Jakobson (1959), definida da seguinte maneira: “A tradução interlingual ou tradução propriamente dita consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua” (p.65). Passa a considerar esta definição de tradução, “propriamente dita”, a da ciência lingüística tradicional. Portanto, só tra-

duzo para minha língua primeira – através da tradução interlingual – se aprendi uma língua estrangeira.

A dicotomia teoria e prática se concretiza e se fortalece, uma vez que a tradução e o ensino de línguas partem de uma lingüística que prevê a relação entre a língua materna e a língua estrangeira, enquanto um confronto – na comparação entre dois sistemas, duas línguas – que retira o individual da linguagem. Podemos associar o aprendizado de uma língua estrangeira se confundindo, enquanto fenômeno, com a tradução; ou seja, não é possível refletir sobre a *língua* estrangeira sem a *fala*, a liberdade individual, a presença do sujeito, a parte que foi retirada da *linguagem*. Tanto a tradução como o ensino de línguas põem em funcionamento o fenômeno da linguagem na sua totalidade. Daí as dificuldades, já exaustivamente descritas e analisadas por teorias lingüísticas, que estão longe de dar uma explicação satisfatória dessa totalidade. Devemos considerar essa totalidade como resultado da fusão entre a teoria e a prática e entre o sujeito e o objeto. Há dificuldades de se produzir uma teoria da tradução, nos moldes positivos, que resolva questões da prática da tradução, mesmo levando em conta as elaboradas análises lingüísticas, para o que Mounin já chamava a atenção de maneira precisa: “a prática da tradução antecedeu toda a teoria sobre a tradução e sobrevive a qualquer teoria que negue a possibilidade de traduzir” (p. 94). Por que não pensar também nessa afirmação, tendo em vista o aprendizado de línguas? Podemos afirmar que esse aprendizado antecede qualquer teoria, uma vez que não é possível afirmar, como se faz com a tradução, sua impossibilidade. Por isso, a dificuldade de se produzir um método eficiente de ensino que dê conta do fenômeno da linguagem através de uma metodologia de *língua* estrangeira que articule os postulados teóricos da lingüística ou da lingüística aplicada¹ para produzir um resultado eficaz no aprendizado de língua estrangeira. Como vimos, *é impossível, se permanecermos no terreno da*

(1) Apesar das diferenças que muitos teóricos fazem entre a lingüística e a lingüística aplicada, mesmo considerando as diferenças de objetos de análise com a lingüística, a lingüística aplicada permanece dentro do campo de uma ciência que tem os mesmos pressupostos teóricos da lingüística.

linguagem, fazer uma descrição adequada dos fatos da língua. A linguagem não pode ser ponto de partida de uma análise lingüística. Ora, muitos pensadores que produzem métodos, tanto para o ensino de língua estrangeira, como para tradução, apóiam suas descrições em fatos da língua e não no terreno da linguagem. O que fazem é provar que somente os dados da descrição do saber sobre a língua não são suficientes para saber a língua, a linguagem em funcionamento. Como pensar, então, nessa questão a partir da tradução? Parece que é mais complexo dizer que há uma diferença entre saber sobre a tradução e saber traduzir. Podemos afirmar que saber traduzir e não saber sobre a tradução é semelhante a saber falar uma língua estrangeira sem saber sobre esta língua? Esse tipo de questionamento tem implícita uma abordagem que faz a separação entre teoria e prática nos estudos da linguagem. O fato de um indivíduo traduzir ou falar uma língua estrangeira sem explicitar uma certa metalinguagem específica não significa dizer que ele nada sabe sobre a tradução ou sobre a língua.

Para a produção de uma teoria, nos moldes tradicionais, é necessário separar o sujeito do objeto. A tradução e o ensino de línguas estrangeiras não se prestam a essa separação. Uma teoria, nesse caso, é uma tentativa de dar conta do fenômeno da linguagem e essa separação sujeito-objeto fará sempre uma idealização, seja do lado da tradução, seja do ensino de línguas. Essa dicotomia, como vimos, é um fato constitutivo da ciência lingüística nos moldes logocêntricos. A separação idealiza essa dicotomia sujeito-objeto e cria, através de uma teoria ideal, uma prática também idealizada, que deve ser transmitida através do ensino.

Como pensar na fusão entre sujeito e objeto e entre teoria e prática partindo da postura de uma lingüística tradicional? E como discutir uma postura que considera as reflexões teóricas de caráter absoluto e que procura explicar uma prática através de uma teoria? Devemos encarar essas questões, procurando refletir sobre uma definição de tradução e de aprendizado de língua estrangeira, como tenho insistido, enquanto fenômenos da linguagem. Se, por um lado, o que sustenta a teoria lingüística é a separação sujeito-objeto e teoria-prática, por outro, repensar a

fusão sujeito-objeto e teoria-prática requer não só uma redefinição dessas dicotomias, como também um repensar de cada uma dessas noções. Já que partimos da fusão e não da cisão dessas dicotomias, temos evidentemente um corte com uma abordagem anterior que pressupõe um outro tipo de reflexão sobre a linguagem e acarreta uma nova postura epistemológica que deverá levar, sem dúvida, a um corte mais profundo, com consequências sócio-políticas que, certamente, ultrapassarão os limites das instituições de ensino.

A ciência lingüística dificulta a compreensão do ato de traduzir partindo da postura do tradutor como um transportador de significados estáveis de um *sistema* – de uma *língua* – para outro, aquele que vai transportar significados entre dois sistemas fechados e diferentes entre si. Daí o tradutor ser sempre colocado na posição de quem nunca consegue realizar essa tarefa de transporte de maneira *perfeita*, como é constituído e funciona ideal e *perfeitamente* o sistema da língua. O tradutor vai ficar então sempre no meio do caminho, segundo essa postura estritamente lingüística. Ora, sabemos que isso não ocorre enquanto ato individual; o tradutor vai interferir de maneira definitiva nesses dois sistemas, produzindo e transformando significados da *língua de partida* e da *de chegada*. Transformar e produzir significados não pode ter como pressuposto a existência de um significado estável e único. Para transformar e produzir outros significados numa outra língua, é fundamental partir da multiplicidade do significado. Só assim o tradutor participa de um fenômeno mais amplo que envolve a *linguagem* e não só a *língua*.

Uma vez que todo tradutor aprendeu pelo menos uma língua estrangeira, podemos, junto com M. Cohen, a firmar que, ao ter aprendido uma língua estrangeira, “o indivíduo não é prisioneiro de sua língua materna”. Traduzir, então, é se libertar de sua língua materna, sair dela e a ela retornar. Esse movimento só ocorre porque os significados são produzidos e transformados. Desse modo, a relação entre duas línguas, a materna e a estrangeira, não deve ser encarada de maneira estável e independente da presença do tradutor ou do aprendiz de uma língua estrangeira.

Podemos afirmar que, teoricamente, a tradução é absolutamente possível para a lingüística, mas sem a interferência de um tradutor. Relembrando Saussure, podemos dizer que a relação significante-significado é pura e estável na sua definição de signo, uma vez que:

O signo lingüístico une não uma coisa a uma palavra, mas um conceito [significado] a uma imagem acústica [significante] [...] Esses dois elementos [conceito e imagem acústica] estão intimamente ligados e um reclama o outro. [...] estes dois termos [significado e significante] têm a vantagem de assimilar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte. (pp. 80-81)

E mais à frente diz:

Mas eis o aspecto paradoxal da questão: de um lado, o conceito nos aparece como a contraparte da imagem auditiva no interior do signo, e, do outro, este mesmo signo, isto é, a relação que une seus dois elementos, é também, e de igual modo, a contraparte dos outros signos da língua (p. 133).

Se assumimos a proposta saussuriana, teremos que admitir que há uma oposição perfeita entre significado e significante, à medida que o signo é constituído pela ligação significante-significado, que uma “língua [sistema de signos] é um todo por si” (p. 17) e que significante e significado “estão intimamente ligados e um reclama o outro, e assimilam a oposição que os separa”. Teremos que admitir também a possibilidade de a tradução ser perfeita e absolutamente possível, divergindo das propostas de Mounin e Jakobson que consideram a *impossibilidade* da tradução. Dito de outro modo, a tradução, partindo dos pressupostos teóricos da lingüística sincrônica, é possível. A tradução é *impossível* se for encarada, partindo desses mesmos pressupostos, na sua prática, na qual intervêm, inevitavelmente, características individuais que contrariam a perfeita oposição entre significado e significante.

Se partimos da definição de *signo* vista acima, chegaremos à possibilidade absoluta da tradução. Entretanto, essa noção de *signo* está perfeitamente adequada ao interior dos *atos da língua*; daí a tradução ser perfeitamente possível entre duas línguas – operações entre entidades abstratas – e não entre “duas linguagens”. Para Saussure (1916), a linguagem não é objeto de lingüística sincrônica, mas “é multiforme e heteróclita [...] não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade” (p. 17).

Se por um lado, como coloca Derrida, Saussure teve “um papel crítico absolutamente decisivo: assinalou, contra a tradição que o significado era inseparável do significante, que o significado e o significante são duas faces de uma mesma e única produção” (p. 28), por outro, Saussure contradiz sua posição anterior ao manter uma distinção rigorosa e essencial entre significante e significado, que possibilitou surgir um conceito independente da língua, o que Derrida chama de *significado transcendental*,

que não remeteria em si mesmo, na sua essência para nenhum significante, que excederia a cadeia dos signos, e que já não funcionaria, em determinado momento, como significante. Pelo contrário, a partir do momento em que pomos em questão a possibilidade de um tal significado transcendental e em que reconhecemos que qualquer significado está também em posição de significante a distinção entre significado e significante – o signo – torna-se problemática na sua raiz. (p. 29)

Para refletir um pouco mais sobre a fusão sujeito-objeto e teoria-prática, reproduzo aqui a primeira epígrafe deste trabalho. Segundo Derrida (1972):

Dentro dos limites em que é possível, em que pelo menos parece possível, a tradução pratica a diferença entre significado e significante. Mas, se esta diferença nunca é pura, a tradução também não o é, e temos de substituir a noção de tradução por uma noção de transformação: transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro. (p. 30)

Vejamos como Derrida (1972) continua sua reflexão: “De facto nunca temos nem teremos contacto com qualquer ‘transporte’ de significados puros que o instrumento – ou o ‘veículo’ – significante tivesse deixado virgem e intacto, de uma língua para outra, ou no interior de uma mesma e única língua” (p. 30).

As relações entre as línguas – materna e estrangeira – são pouco discutidas na lingüística e na lingüística aplicada e são encaradas como compondo dois sistemas de signos diferentes e impenetráveis entre si. Creio que devemos rever as relações língua materna e língua estrangeira no ensino da tradução: as suas diferenças estão tão sedimentadas institucionalmente que não se questiona mais a oposição entre língua materna e língua estrangeira; dadas as características tradicionais e positivas da lingüística, elas são tomadas como disciplinas diferentes. Como minar, então, essa estável e indiscutível diferença entre língua materna e língua estrangeira e trazer à tona não só suas diferenças, mas suas semelhanças?

Relembro Mounin (1963) quando afirma que: “pelo menos desde Schleicher; é possível traduzir porque é possível aprender uma língua estrangeira e é possível aprender uma língua estrangeira porque [ou, visto como] foi possível aprender uma língua primeira [a materna]”. Podemos perceber melhor agora a interligação do processo de transformação e produção de significados na tradução e no aprendizado de língua estrangeira. Dito de outro modo, posso dizer que aprendemos uma língua estrangeira e traduzimos porque há também semelhanças entre as línguas.

Vejamos como a tradução, definida tradicionalmente, coloca dificuldades para o tradutor ao reforçar a existência de um *significado transcendental*. Tomemos a afirmação de Mounin (1963), a segunda epígrafe deste trabalho:

Traduzir essas expressões de Leonardo [da Vinci: potenza spirituale, virtù spirituale e essenza spirituale] significa duas coisas: compreender as relações que elas estabelecem entre significantes e significados no sistema lingüístico italiano contemporâneo; e compreender as relações entre significantes e significados no sistema intelectual e cultural do tempo

de Leonardo, inteiramente diferente do nosso, não obstante a permanência dos mesmos significantes nos dois sistemas semânticos. (pp. 225-226)

Mounin aponta para o fato de que a relação significante-significado não é tão pura, como pensava Saussure. Mesmo no interior de uma mesma língua – o italiano no nosso exemplo –, não se chega a um significado único e estável dessas expressões hoje, para serem traduzidas, já que elas não são consensuais hoje, como provavelmente também não o eram na época de Leonardo da Vinci. Como compreender essa relação significante-significado no “sistema intelectual e cultural do tempo de Leonardo”, como afirma Mounin, “inteiramente diferente do nosso”? E o que está por detrás da sua conclusão, ao afirmar que os “mesmos significantes nos dois sistemas semânticos” permanecem idênticos? Como se fosse possível transportar no tempo e no espaço e recuperar o significado supostamente absoluto dessas expressões na época de Leonardo. Como se os *significantes*, na época de Leonardo, tivessem um único e estável significado. Antes de traduzir essas expressões como pretende Mounin, e para compreender esses dois níveis de significação das expressões de Leonardo, teremos de admitir a existência de um *significado transcendental*, para as três expressões, como um conceito independente da língua, isto é, *fora* do jogo de diferenças e semelhanças do *sistema da língua*. Só assim um tradutor poderia transportar essas expressões para uma outra língua, neutralizando as interferências do tempo e da cultura, e “compreender as relações entre significantes e significados no sistema intelectual e cultural do tempo de Leonardo”.

Desse modo, lembrando Mounin, “se aceitamos as teses correntes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução [dessas expressões de Leonardo] deveria ser impossível” não só entre duas línguas, mas no interior de uma mesma língua. Entretanto, “os tradutores existem, eles produzem”. A tradução acontece entre duas línguas e no interior de uma mesma língua. Com Derrida (1985) podemos dizer que “a tradução torna-se então necessária e impossível” (p. 214 *et passim*), ela é ao mesmo tempo *necessária e impossível*. No nosso exemplo, temos os mesmos

significantes na língua italiana que são diferentes tanto no tempo como em sistemas intelectuais e culturais. É só o indivíduo-tradutor que tem condições de produzir e transformar esses significados em outros *dentro* do jogo de diferenças e semelhanças do *sistema da língua*.

Se a tradução *pratica a diferença entre significado e significante e esta nunca é pura*, a partir de Derrida posso também empregar essa noção de *transformação* para o aprendizado de língua estrangeira. Podemos empregar agora esta palavra *transformação* para substituir o aprendizado de uma língua estrangeira e, assim, redefinir esse aprendizado como sendo a *transformação* – a libertação – da língua materna pela outra, a língua estrangeira. Com M. Cohen, podemos afirmar que, ao aprender uma língua estrangeira, o indivíduo deixa de ser “prisioneiro da sua língua materna”. Modificando essa afirmação, colocando-nos ao lado do ensino da tradução, podemos dizer que traduzo porque deixo de ser prisioneiro da minha língua materna quando a transformo em língua estrangeira. O que importa nessa nova abordagem não são mais as diferenças puras, mas as semelhanças e as impurezas entre as línguas, o que há de contaminação entre elas ou no interior de uma mesma e única língua. À medida que aprendo uma língua estrangeira, a partir da minha língua materna, a tradução torna-se um fenômeno inerente e fundante desse processo de aprendizagem. Não aprendemos completamente uma língua estrangeira, não traduzimos completamente, assim como não sabemos completamente sobre nossa língua materna. A linguagem humana não é de caráter mensurável como outras ciências positivas. A relação que um aprendiz estabelece entre língua materna e língua estrangeira é sempre individual. Por isso, é complexo – difícil e fácil ao mesmo tempo – ensinar uma língua estrangeira, como também é complexo ensinar a traduzir. Esses ensinamentos trabalham com a linguagem em funcionamento e não são passíveis de uma domesticação. Há uma série de outros fatores (os psicanalíticos, por exemplo) relacionados à linguagem humana que influenciam esse processo de ensino da tradução e do aprendizado de línguas estrangeiras. Pois traduzir, enquanto transformação e produção, é libertar-se da língua materna; é sair dela e a ela retornar. Idêntico processo se

dá no aprendizado de uma língua estrangeira: os dois põem a linguagem em funcionamento.

Toda essa reflexão que procurei desenvolver ao longo deste texto cria dificuldades para produzir definições claras e estáveis. É complexo dar uma definição de tradução, como é complexo o ato de traduzir. O mesmo podemos afirmar para o ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira: é complexo definir esse ensino, como é complexo aprender uma língua estrangeira. Assim, concludo afirmando que as dicotomias entre teoria e prática, sujeito e objeto e língua materna e língua estrangeira devem ser sempre redefinidas para questionar as bases tradicionais e logocêntricas do ensino da tradução e do aprendizado de línguas estrangeiras, que são sustentadas pela ciência lingüística. Essas reflexões mostram apenas a pequena ponta de um grande iceberg.

Referências Bibliográficas

- ARROJO, R. (org.) (1992) A pesquisa em teoria da tradução ou O que pode haver de novo no front. In: *O signo desconstruído. Implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, Pontes.
- BAKHTIN, M. (1929) *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). São Paulo, Hucitec, 6ª edição, 1992.
- DERRIDA, J. (1972) *Posições*. (trad. Maria Margarida Correia Calvente Barahona). Lisboa, Plátano Editora, 1975.
- DERRIDA J. (1985) Des tours de Babel. In: GRAHAM, J.F. (ed.) *Difference in translation*. Cornell University Press.
- JAKOBSON, R. (1959) Aspectos lingüísticos da tradução (trad. Izidoro Blinkstein). In: *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1972.
- MOUNIN, G. (1963) *Os problemas teóricos da tradução* (trad. Heloysa de Lima Dantas). São Paulo, Cultrix, 1975.
- SAUSSURE, F. (1916) *Curso de lingüística geral* (trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein). São Paulo, Cultrix, 1972.